



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
LETRAS

ANATALICE MOTA DA SILVA

**A INCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL APÓS A IMPLEMENTAÇÃO
DA LEI 10.639/03**

BRASÍLIA
Novembro/2013

ANATALICE MOTA DA SILVA

**A INCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL APÓS A IMPLEMENTAÇÃO
DA LEI 10.639/03**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em letras. Faculdade de Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES - do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB tendo como Orientadora a Prof^a. Dr. Maria Eneida Matos da Rosa.

BRASÍLIA
Novembro/2013

ANATALICE MOTA DA SILVA

**A INCLUSÃO SOCIAL DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL APÓS A IMPLEMENTAÇÃO
DA LEI 10.639/03**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão do
Curso de Licenciatura em letras.
Faculdade de Letras pela Faculdade
de Ciências da Educação e Saúde –
FACES – do Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB tendo como
Orientadora a Prof^a. Dr^a. Maria
Eneida Matos da Rosa.

Brasília, 25/11/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. André Moreira (UniCEUB)

Prof.^a Gabriela (UniCEUB)

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Eneida Matos da Rosa (uniCEUB)

À minha filha Nathália e a todas as crianças negras do Brasil.

"... sonho que se sonha só pode ser pura ilusão. Sonho que se sonha junto é sinal de solução.

Então vamos sonhar companheiros e companheiras. Vamos sonhar em mutirão."

Ivanir dos Santos

“É possível sonhar que um dia, em uma talvez remota sociedade no futuro, as diferenças de cor de pele produzirão formas de perceber os seres humanos tão simples como hoje se percebem as diferenças de altura, de espessura do corpo, de cor de olhos, e tantos outros índices. Estas formas de perceber não corresponderão a uma dimensão social, por que nesta época possível ou imaginária não existirão preconceitos ou discriminações.

José D' Assunção Barros.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pelo o dom da vida e pela força que ele tem me dado.

À minha colega Tauane, por ela ter me incentivado para que eu retomasse os estudos.

E, ainda, quero expressar meu carinho e agradecimento a cada professor do curso de Letras do UniCeub, por terem possibilitado que eu me tornasse uma pessoa mais crítica.

Às amigas Macilea Oliveira e Lucivânia Pinheiro, por todo o apoio que elas me deram durante todo o curso.

À Ana Célia por ter me disponibilizado os seus livros para que eu realizasse o meu TCC.

À minha orientadora, professora Eneida, pela paciência que ela teve comigo durante as orientações.

RESUMO

O tema deste trabalho acadêmico é averiguar como se dá a inclusão do negro no livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, após a Lei 10639/03. Faz um breve percurso do que foi a escravidão e dos argumentos utilizados pelos europeus para dominarem os povos africanos. E ainda discorre sobre as teorias científicas do século XIX, que foram utilizadas para justificar a inferioridade do afrodescendente no Brasil, reforçando a discriminação racial, e, tendo como consequência a exclusão social do negro até os dias de hoje. Apresenta como resultado a criação da Lei, que obriga a inserção em todo o Currículo Educacional do ensino de história e culturas africanas e afrobrasileiras. O trabalho também traz a análise de textos de livros didáticos do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa distribuídos pelo MEC e adotados pelas escolas do Distrito Federal. Como resultado da pesquisa, constatou-se que nesses compêndios, mesmo após a implementação da Lei, há textos que reforçam o racismo no espaço escolar.

Palavras-chave: Livro Didático. Lei 10.639/03. Inclusão social. Ensino Fundamental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A ESCRAVIDÃO E O PAPEL DO NEGRO NA SOCIEDADE	12
1.1 O MODELO DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL E O PROCESSO DE BRANQUEAMENTO	14
1.2 AS TEORIAS CIENTÍFICAS DO SÉCULO XIX NO BRASIL	15
1.3 A MISTIÇAGEM, O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O PAPEL DO NEGRO EM VÁRIAS ESFERAS SOCIAIS	18
2 A LEI 10.639 E O LIVRO DIDÁTICO	23
2.1 PNLD E OS CRITÉRIOS PARA FORMAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ IGUALITÁRIA	28
3 ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS	31
3.1 AMOSTRA DOS LIVROS DIDÁTICOS PESQUISADOS	32
3.2 ANÁLISE DO 1º LIVRO DIDÁTICO	32
3.3 ANÁLISE DO 2º LIVRO DIDÁTICO	37
3.4 ANÁLISE DO 3º LIVRO DIDÁTICO	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a como tema inclusão social do negro no livro didático de Língua Portuguesa do ensino fundamental, após, a Lei 10639/03. O interesse pela temática surgiu no 3º semestre do curso de Letras do uniceub, na disciplina Estudos afros, momento no qual se teve a oportunidade de aprender sobre as teorias científicas do século XIX, que intelectuais brasileiros utilizaram para reforçar a inferioridade do negro e deixá-lo à margem da sociedade.

Como exemplo dessas teorias, pode-se citar as ideias monogenistas e as poligenistas. Começou-se um questionamento sobre o porquê dos livros didáticos adotados pelas escolas não apresentarem textos que abordam essas teorias, pelo fato de entender que o racismo nos pais, só existe por falta de conhecimento sobre os aspectos que reforçaram a inferioridade do afrodescendente.

Após a realização de algumas leituras, compreendeu-se que não há o interesse da classe dominante em contar a história do negro e da África sem a visão eurocêntrica, como forma de desconstruir o racismo existente na sociedade. Dessa maneira, o livro didático, por ser um instrumento de fácil acesso a professores e estudantes, é uma ferramenta que a elite burguesa utiliza para disseminar o preconceito racial no espaço escolar e na sociedade.

Por esse motivo, o Movimento Negro, que luta pela igualdade de direitos entre negros e brancos, conseguiu, em 2003, a aprovação da lei 10639/03, como meio de combater o racismo existente dentro da escola. E uma das vitórias desse grupo foi a retirada dos livros didáticos de textos e imagens que disseminam o racismo na instituição escolar.

Diante o exposto, sentiu-se a necessidade de pesquisar se após a implementação da Lei 10639/03 os livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental apresentam textos que reforçam o racismo no espaço escolar. Por ser afrodescendente e professor de Língua Portuguesa em formação, é importante saber identificar nos livros didáticos de Língua

Portuguesa do Ensino Fundamental a existência de textos que reforcem o racismo.

O professor de Língua Portuguesa nas aulas de leitura e interpretação de textos, é de fundamental importância, que ele reconheça os discursos racistas existentes nos livros didáticos e os aborde de forma crítica, promovendo uma educação justa e igualitária.

Acredita-se na relevância desta pesquisa, tendo em vista que a mesma poderá causar reflexão na sociedade e no âmbito educacional, ou seja, professores que já atuam em sala de aula, professores em formação e alunos.

Tem-se como objetivo analisar se com a implementação da Lei 10639/03, os livros didáticos do Ensino Fundamental distribuídos pelo MEC e adotados pelas escolas do Distrito Federal apresentam textos tais quais: contos, crônicas, resenhas, biografias, poemas etc, que contribuem para a disseminação do racismo no espaço escolar.

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, pretende-se analisar quais são as abordagens que os textos dos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental fornecidos pelo MEC dão aos afrodescendentes. Serão analisados três livros didáticos: *Tudo é Linguagem* (2009), de Ana Bertin, Terezinha Borgatto e Vera Marchezi, *Português Linguagens* (2005), Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães e *A aventura da Linguagem* (2009), Luiz Carlos Travaglia, Maura Alves de Freitas Rocha e Vânia Maria.

Para tratar das questões acerca do contexto histórico, foram utilizadas as teorias dos autores Olivier Pètre-Grenouilleau, Antônio Olímpio de Sant'Ana e Andreas Hofbauer. Em seguida, foi relevante trazer aspectos antropológicos e sociológicos em textos de Lília M. Schwarcz, e Kabelenge Munanga. Além disso, foi imprescindível trazer a própria Lei e os PCN, uma vez que se tratam de textos que abordam questões que contemplam a Lei.

1. A ESCRAVIDÃO E O PAPEL DO NEGRO NA SOCIEDADE

Convive-se com o fenômeno da desigualdade e da exclusão social, de raça, de gênero ou de classe. A ideia de igualdade traz o princípio de que todos os seres humanos são iguais, independente de sua cultura ou de sua cor.

Por muito tempo, a história do continente africano e de seu povo foi estudada pela antropologia e pela ciência, contudo os estudos realizados por essas áreas negligenciaram as dimensões políticas, sociais e econômicas desse continente. Essa abordagem veio ao encontro dos interesses dos europeus como meio de dominar e escravizar os povos africanos.

Ao estudar a história da escravidão, percebe-se que esse fenômeno não ocorreu e nem foi visto como sendo algo natural por todos os povos. Conforme afirma Olivier-Pètrè Grenouilleau (2005, p. 99) “a escravidão nem sempre existiu e algumas sociedades humanas não tiveram escravos.” As sociedades as quais impuseram essa prática de exploração lançaram mão de vários argumentos para escravizar seres humanos. Todavia, todas elas enxergavam seus escravos como seres inferiores, devido as diferenças existentes entre eles. Grenouilleau (p.95) afirma ainda que “o escravo em todas as épocas sempre era visto como ‘o outro’, ou diferente, mesmo em nações as quais o critério cor não era utilizado para escravizar.”

Entende-se que as diferenças entre os seres humanos existem; contudo, estes aspectos não justificam que o homem seja desumanizado ou animalizado, tendo em vista que escravagistas, filósofos e teólogos utilizaram-se de argumentos, que para eles eram irrefutáveis para apropriarem-se de vidas humanas.

Segundo Grenouilleau (2005):

Desde a antiguidade, os escravagistas sempre tentaram negar a condição humana dos homens de quem queriam usar e abusar como bem entendessem; Para eles, a questão era muito simples: se os escravos não se revoltavam, era por serem “naturalmente” mansos e inferiores aos seus senhores. Se, ao contrário, eles se revoltavam, era por serem movidos por impulsos selvagens e até animalesco” (p.130).

Da Antiguidade até a Idade Média, o conceito de cor não era relacionado à raça, como critério para escravizar. Conforme Andreas Hofbauer (2006):

A ideia da cor era subordinada a uma concepção de mundo divinizada [...] assim durante muito tempo, a cor da pele representava em primeiro lugar o mal, o moralmente condenado, o pecado; enquanto a cor branca expressava o divino e pureza verdadeira (p.35).

Seguindo esse pensamento, Antônio Olímpio de Sant'Ana (2005), afirma que:

Nos tempos primitivos, até por volta da Idade Média, a discriminação baseava-se em fatores religiosos, políticos, nacionalidade e na linguagem, e não em diferenças biológicas ou raciais como acontece hoje. Era o “fiel” contra o pagão, o “cristão” contra o “muçulmano” ou mesmo contra o “judeu”. Observe, portanto que o motivo era religioso, de nacionalidade, etc, mas nunca racial (p. 39).

A discriminação racial teve início na Europa, no século XV, quando o índio passou a ser visto como sendo inferior ao europeu. Esse devido sua visão eurocêntrica, passou a tratá-los como animais e começou a escravizá-los, Porém, o indígena não se adaptou a esse modo de exploração, muitos morriam porque contraíam doenças do europeu, com isso, perceberam que o negro africano além da sua cor escura, era ainda mais resistente do que o índio. E, portanto, passou a ser escravizado. Essa visão eurocêntrica foi disseminada por todo o mundo na medida em que os europeus dominavam novas regiões.

De acordo com Sant'Ana, o século XV foi o grande precursor do racismo, momento em que a raça branca começou a ser vista como a raça superior, e ainda, o homem branco como sendo aquele provido de capacidades intelectuais superiores às capacidades do negro, levando o europeu dominá-lo e explorá-lo.

É importante trazer também as palavras de Kabelenge Munanga (1986) acerca desse tema:

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas de exploração, predisuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro tornou-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. (p.9)

Como prova dessa exploração, o europeu prosseguiu, por intermédio da necessidade econômica de expansão, com sua prática cruel e recorrente de escravização. Por esse motivo o próximo subcapítulo tratará desse problema no Brasil.

1.1.O MODELO DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL E O PROCESSO DE BRANQUEAMENTO

No Brasil, o africano não foi tratado de maneira diferente, os europeus continuaram investidos de autoridade para escravizar e explorar os povos africanos, que eram trazidos para o país a força por navios negreiros. Esse grupo era vendido ou trocado por mercadorias, fator que comprova a desumanização à qual o negro sofreu por parte do europeu. O africano perdeu sua identidade e seu caráter humano no processo de exploração de sua mão de obra e passou a ser “coisificado”, tratado apenas como uma ferramenta nos engenhos de açúcar exercendo várias funções na casa grande e na senzala.

Como afirma Tereza Manfredo (2012):

A presença determinante do trabalho negro, nos principais ciclos produtivos da história brasileira: açúcar, ouro, pecuária, café, entre outros. O escravo tornou-se imprescindível ao funcionamento da colônia e, mais tarde do Brasil Imperial (p.01).

Observa-se que o negro muito contribuiu com sua mão de obra escrava para o crescimento do Brasil. Após a proibição do tráfico negreiro, e com a industrialização, a mão de obra do negro foi substituída pela do imigrante. Muitos viam na imigração, a chance do branqueamento da nação.

De acordo com Hofbauer (2006):

A ideia do branqueamento serviu à elite econômica e do país também como argumento para promover uma grande campanha de importação de mão de obra branca europeia o que teria como efeito colateral à marginalização do negro (p.21).

O africano, que até então fora imprescindível ao funcionamento da colônia, não era considerado qualificado para o novo sistema de trabalho que passou a vigorar. Como consequência, milhares de ex-escravos foram postos à margem da sociedade. Conforme afirma Antônio Sérgio Guimarães (2002,

p.147), "a abolição não fora completa, pois não representava a integração econômica e social do negro à nova ordem capitalista."

O Brasil passou a ser uma nação miscigenada, isto é, constituído por imigrantes europeus, índios e negros. Novamente Guimarães (2002, p.119) reforça que "até os anos 30, o Brasil tinha reconhecidamente uma questão racial, cujos fundamentos eram biológicos e demográficos. Devido esse fator o país era visto como sendo uma nação sem povo e sem cultura."

A classe dominante insistiu em disseminar o preconceito racial impedindo a inclusão social de um povo. Nesse contexto, as teorias científicas do século XIX são utilizadas como argumentos por aqueles que eram contrários à miscigenação.

Dessa maneira, no próximo subtópico abordar-se-á sobre essas teorias científicas do século XIX no Brasil.

1.2. AS TEORIAS CIENTÍFICAS DO SÉCULO XIX NO BRASIL

O século XIX foi o difusor de várias teorias que colocaram o negro como um ser animal, como um ser com qualidades intelectuais e físicas inferiores as dos brancos e, portanto, sendo inatas, dando início ao racismo científico do século XIX.

Dentre essas teorias, havia duas linhas de pensamento que eram as ideias monogenistas e as poligenistas que alguns intelectuais brasileiros utilizaram-se dessas ideias para reforçarem a inferioridade do negro.

Os monogenistas acreditavam que a origem da humanidade era uma só, sendo que o pai de todos os homens seria Adão.

De acordo com Flávio Raimundo Giarola (2010):

Os monogenistas baseavam-se na crença de um pai universal, no caso Adão, que teria sido a gênese de todos os homens. Deste modo, o homem terá se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos de homem apenas um produto "da maior degeneração ou perfeição do Éden." Nesse sentido, a humanidade iria do mais perfeito (mais próximo do Éden) ao menos perfeito mediante a degeneração (p. 04).

Os monogenistas, para explicar as diferenças existentes entre os grupos humanos, utilizaram-se dos argumentos climáticos, geográficos e culturais. Sendo que a cor da pele negra seria uma maldição bíblica.

Por sua vez, os poligenistas refutavam as ideias da igreja, para eles existiam vários centros de criação.

E, ainda para Giarola (2010, p. 05) “Os poligenistas ganharam maior espaço a partir dos meados do século XIX, com a sofisticação das ciências biológicas e a contestação crescente do dogma monogenista da igreja.” Os comportamentos humanos passaram a ser analisados e interpretados pela biologia passando a serem vistos como leis biológicas e naturais.

Nesse sentido, Giarola (2010) reforça que “esse tipo de viés foi encorajado pelo crescimento simultâneo da frenologia e da antropometria, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho do cérebro dos diferentes povos” (p.05). Dando origem ao evolucionismo, nesse momento o conceito de raça que até então era biológico, passa a ter caráter político e cultural, surgindo o Darwinismo Social.

Segundo Gislene Aparecida dos Santos (2002):

Foi com a evolução do darwinismo e sua aplicação no mundo antropológico-social que a questão da raça ganhou em enfoque mais radical. Baseados nos princípios da evolução da espécie e da seleção natural, os darwinistas acreditavam numa raça pura, mais forte e sábia que eliminaria as raças mais fracas e menos sábias, desenvolvendo, portanto, a eugenia (p.51).

Para os darwinistas, não havia degeneração, sendo, portanto imprescindível a eliminação das raças consideradas fracas e impuras, e nesse contexto, o negro, para eles, era impuro.

No Brasil, como assinala Lilia Moritz Schwarcz (2002, p.177) “nos finais do século XIX, a mestiçagem existente no país parecia atestar a falência da nação”. Sendo assim, alguns intelectuais lançaram mãos dessas teorias para reforçar que a miscigenação era um atraso para o país.

Schwarcz observa ainda que “Nina Rodrigues, por exemplo, que era adepto do Darwinismo social e dos modelos poligenistas, acreditava que o

cruzamento entre as raças não era possível pelo fato de a miscigenação ser sinal de degenerescência” (p.177).

Sobre isso Giarola (2010) informa:

Sua visão pessimista sobre a composição racial brasileira era apoiada no conceito de degeneração, considerando o mestiço como um degenerado físico e o negro como um dos fatores de nossa inferioridade como um povo. Opunha-se à ideia do branqueamento [...], acreditava que a responsabilidade penal das “raças inferiores” não podia ser tratada como igual ou equivalente a das “raças brancas civilizadas”, isto porque, segundo ele, as características raciais inatas afetavam o comportamento social [...] (p.14).

Nessa perspectiva, subentende-se que na visão do médico as “raças inferiores” eram seres incapazes de ser socializados e, por esse motivo, não deveria haver uma mistura entre a raça branca e essas raças. Outro brasileiro que não apoiava a mestiçagem foi Euclides da Cunha, que por intermédio da obra “Os Sertões” reforçou que a mestiçagem “era um retrocesso”.

Para Giarola, “o racismo do século XIX foi responsável pela constituição de diversas representações que identificavam o branco como inteligente, inventivo e fisicamente sadio” (p.19). Destaca, por sua vez, que “enquanto os demais indivíduos sejam mestiços, negro ou “amarelo”, tenderão a ser ligados à inferioridade biológica, representantes da imoralidade, da barbárie e do atraso”.

Segundo elucida Schwarcz, “no Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco” (p.186).

Após toda essa discussão, o mestiço transforma-se em ícone nacional. Se, até um dado momento, a mestiçagem era vista como algo que impedia o crescimento do país como uma nação, ela passou a ser algo positivo. Sendo assim, no próximo subtópico abordar-se-á sobre a mestiçagem e o mito da democracia racial.

1.3.A MESTIÇAGEM, O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O PAPEL DO NEGRO EM VÁRIAS ESFERAS SOCIAIS

Quando o Brasil foi constituído como uma nação, os intelectuais brasileiros perceberam que havia a necessidade de se considerar os três grupos que ocupavam o território nacional como povos constituintes da nação. Nesse momento a mestiçagem passou a ser exaltada.

Conforme informa Schwarcz (2002):

Na representação vitoriosa dos anos 30, o mestiço transformou-se em ícone nacional em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética e na cultura [...]. A valorização do nacional é acima de tudo uma retórica que não tem contrapartida na valorização das populações mestiças discriminadas. [...], tal forma extremada e pretensamente harmoniosa de convivência entre os grupos foi aos poucos, sendo gestada como um verdadeiro mito de Estado; em especial a partir dos anos 30, quando a propalada ideia de uma “democracia racial”, formulada de forma exemplar na obra de Gilberto Freyre foi exaltada de maneira a se menosprezar as diferenças diante de um cruzamento racial singular[...] (p.178).

A democracia racial, conforme foi apresentada por Freyre, passou a ser chamada como mito da democracia racial, pois não viabilizou a inclusão do negro nos espaços sociais e nem resolveu a questão da discriminação racial, o negro não adquiriu os mesmos direitos que os brancos e, ainda, para Guimarães “o negro foi apropriado como objeto cultural, símbolo e marco fundador de uma civilização brasileira, mas teve negado o direito a uma existência singular plena como membro de um grupo étnico” (p.121).

Amador (2001) destaca que:

Criado por elites brancas e laboriosamente inscrito e arraigado no imaginário social, inclusive com a colaboração de eminentes cientistas sociais, o mito da democracia social que se supõe existir no Brasil foi, provavelmente, um dos mais poderosos mecanismos de dominação ideológica já produzidos no mundo [...] por meio dele ressalta-se o caráter miscigenado da sociedade brasileira: em povo mestiço, misturado, tolerante, aberto aos contatos interraciais (p.179).

Por intermédio do mito da democracia racial a elite brasileira dos anos 30 escamoteou o racismo que até então vigorara no país, deste modo a exclusão social do negro fora negada impedindo que políticas públicas fossem criadas a favor deste grupo.

Conforme comprova Guimarães (2002):

Neste momento o caráter irreversível da inferioridade intelectual, moral e psicológico dos negros, passa a ser visto como reversível perde-se o caráter de imutabilidade, isto é, os estereótipos não são negados, porém passam a ser visto como algo que se pode mudar. Este novo conceito passou a ser usado para inserir o mestiço, os mulatos, os pardos e os morenos aos espaços econômico, simbólicos e ideológico da nação (p. 145).

Percebe-se que o caráter ideológico do mito da democracia racial impediu que o negro se organizasse política e socialmente, quando o país passou a ter status de uma nação e observa-se que este mito continua impedindo a ascensão do negro em nosso país. Por esse, em seguida será abordado sobre o papel do negro na sociedade em várias esferas sociais.

A história do negro, no Brasil, foi marcada de maneira negativa devido o processo escravizatório. Esse gerou uma sociedade racista que enxerga o negro com um olhar eurocêntrico. No imaginário dessa sociedade, o afrodescendente é visto de maneira estereotipada, e é sempre o “outro”, o qual seu papel na esfera social não pode ser o mesmo do branco.

Conforme afirma José Rufino dos Santos (2002):

O racismo, enquanto percepção social, é um racialismo mal intencionado, isto é, que visa à dominação social. O racista está convencido 1) de que há raças; 2) de que umas são inferiores às outras; 3) de que as superiores devem dominar as inferiores, garantindo-se uma parte maior das rendas, os melhores lugares sociais; o monopólio da representação etc (p.405).

No imaginário da sociedade branca racista, o conceito de “raças” que fora reforçado no país no século XIX, com as teorias científicas, os beneficia em todas as esferas sociais, sobrando para os afrodescendentes os lugares estigmatizados pela sociedade. E, ainda, no Brasil, a população não assume ser racista, e por esse motivo a inclusão social do negro torna-se mais difícil, pois, se não existe racismo, não há a necessidade de que o grupo segregado lute por essa causa.

Como corrobora Schwarcz (2002):

O racismo aparece como inexistente; ou tornou-se pessoal, isto é, em nosso país o preconceito racial não existe, vivemos em uma sociedade democrática, a qual negros, brancos e pardos vivem em harmonia e todos têm direitos em comum, isto é, ocupam os mesmos

cargos, frequentam os mesmos espaços, têm direito à saúde, à educação, há um tratamento igual pela polícia (p.180).

Entretanto, percebe-se que esta visão é errônea, pois pesquisas realizadas nos últimos tempos confirmam que os negros encontram-se em posições inferiores em todos os âmbitos da sociedade.

Sobre essa questão Munanga (1996, p. 82) avalia que “para entender concretamente a situação do negro atual é, preciso fazer um balanço comparativo nos domínios da renda, do emprego, da saúde, educação, da cultura do lazer, da representação política etc”. Para ele, fica ilustrado pelas estatísticas que a população negra concentra-se nas posições inferiores da hierarquia social.

Observa-se que o mito da democracia racial impediu e impede que o negro ascenda socialmente e construa uma identidade positiva. Um povo que muito contribuiu para o crescimento da nação não pode continuar tendo seus direitos negados e, sobretudo, continuar vivendo à margem da sociedade.

A seguir serão apontados e discutidos os resultados de algumas pesquisas realizadas nas últimas décadas a respeito do papel do negro na sociedade em várias esferas sociais.

Wesley Pereira Grijó e Adam Henrique, no ano de 2012, realizaram uma pesquisa intitulada “o papel do negro nas telenovelas brasileiras”, e chegaram à conclusão de que o negro ainda é representado de forma estereotipada pela mídia brasileira exercendo papéis estigmatizados na pirâmide social, como por exemplo: empregados domésticos, favelados, bandidos, malandros etc. Essa representação que a mídia faz do negro, reforça no imaginário da sociedade, que os negros não têm capacidades intelectuais para ascender socialmente.

Conforme assinala Sandra Almada (2012):

A mídia é um poderoso sistema simbólico e ainda o racismo midiático brasileiro dissemina o racismo de duas formas seja na “invisibilidade” dos negros nos meios de comunicação, seja na representação racializada estigmatizadora nos mais diferentes produtos midiáticos nacionais (p 28).

Na luta dos negros pela educação, sabemos que em certo momento da história, eles tiveram o acesso à educação negado, não podiam frequentar a

escola e muitos foram alfabetizados fora do contexto escolar. Na contemporaneidade, observa-se que, no nível da educação superior, são poucos negros que frequentem uma faculdade, seja particular, ou pública.

Sobre isso, Munanga retrata:

Comparativamente aos outros países do mundo que convivem com o racismo (África do Sul, Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha etc, o Brasil é sem dúvida, respeitando a proporcionalidade, o país racista que tem menos negros e mestiços nos estabelecimentos de Ensino superior (p.93).

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizou uma pesquisa no ano de 2009, sobre as condições da população negra na educação e constatou que:

A porcentagem de estudantes negros é superior a porcentagem de estudantes brancos sem acesso à educação.

O percentual de jovens brancos de 18 a 24 anos de idade que cursavam o ensino superior em 2009 era de 62,6%, entre os jovens negros o percentual era de 28,2% e para os pardos, o percentual era de 31,8%.

Em relação à população de 25 anos ou mais, com o ensino superior concluído, a pesquisa revela um crescimento na proporção de negros, em 1999, 2,3% e em 2010, 4,7%. Entre os pardos passou de 2,3% para 5,3%. No mesmo período, o percentual de brancos com o ensino superior concluído passou de 9,8 para 15%.

No ano de 2009, a população branca de 15 anos ou mais tinha, em média 8,4 anos de estudo, enquanto entre os negros a média era de 6,7 anos.

Em relação ao mercado de trabalho, o IBGE constatou que esta é esfera social onde este segmento encontra mais dificuldades de inclusão. Sendo que o desemprego no país é maior entre os negros (10,1%), enquanto dos brancos é (8,2%). O rendimento mensal dos negros com o mesmo grau de instrução que os brancos é menor.

Os trabalhadores brancos tinham 9,1 anos de estudos a mais do que os negros 7,1 anos. Em relação à remuneração, enquanto negros ou pardos ganhavam (R\$ 847,81), o trabalhador branco ganhava o dobro (R\$ 1663,83). A desigualdade entre negros e brancos no país é muito elevada, esses dados só comprovam que a democracia racial não passa de um mito.

Na edição do jornal “Metro” nº 364, ano 2, do dia 18 de outubro deste ano que, é um jornal com publicação distribuída gratuitamente para a população de Brasília, saiu o resultado de uma pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica aplicada), um dia antes da edição da matéria, sobre o afrodescendente. Nessa pesquisa, o Instituto relatou que a possibilidade de um negro ser vítima de homicídio aqui no país é maior do que a de um branco. E que também, os negros são os indivíduos que mais sofrem agressão física e abordagens por policiais.

Guimarães (2002) averigua que:

As estatísticas demonstram que não apenas o ponto de partida dos negros é desvantajoso (a herança do passado), mas que, em cada estágio da competição social, na educação e no mercado de trabalho, somando-se novas discriminações que alimentam tal desvantagem (p.67).

Esses dados só reforçam a importância e a necessidade da criação de políticas públicas a favor desse segmento. Desse modo, entende-se que se medidas não forem tomadas, essas discriminações tomarão dimensões ainda maiores, e a condição social do negro nunca será invertida. Dessa maneira, o afrodescendente como vítima dessas discriminações, entendeu que não pode permanecer calado, que tem de lutar pela igualdade e pela inclusão social, que são direitos adquiridos constitucionalmente.

Sendo assim, o Movimento Negro luta por essa inclusão, exigindo a criação de políticas públicas que possam incluir o negro em várias esferas da sociedade. Neste caso, o próximo capítulo discutirá sobre a criação da lei 10.639/03 e o Livro Didático.

2. A LEI 10.639 E O LIVRO DIDÁTICO

O Brasil é o segundo país onde se encontra a maior população negra do mundo, apesar desse número, há uma grande desigualdade social entre negros e brancos. Contudo, o mito da democracia racial existente no país contribuiu como uma forma de escamotear essas desigualdades.

Conforme afirma Eliane Cavalleiro (2005):

{...} conseguiu ao longo de sua história produzir um quadro de extrema desigualdade entre os grupos etnorraciais negro e branco. Até bem pouco tempo, o Estado brasileiro não incorporava as categorias racismo e discriminação racial para explicar o fato de os negros responderem pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano, e os brancos pelos mais elevados (p.09).

Nessa perspectiva, o Movimento Negro (MN) grupo formado por intelectuais brancos e negros, que lutam pela inclusão social dos afrodescendentes em todas as esferas da sociedade, passaram a denunciar essa discrepância, enfatizando que o branco tem mais acesso à educação do que negro. E que também a escola é a instituição que mais reforça o racismo em nossa sociedade.

De acordo com Luciana Jaccoud (2009):

No campo da educação, por exemplo, estudos e pesquisas vêm revelando que práticas e opiniões racistas e discriminatórias manifestadas, seja de maneira direta, seja velada, ainda são vivenciadas pelos estudantes dentro do ambiente escolar, operando no reforço de autoimagens negativas destes alunos, e de naturalização de sua situação de pobreza e da subalternidade. Desigualdades raciais na escola vão se construindo no cotidiano da vida escolar, passando, segundo depoimentos colhidos em trabalho de cunho etnográfico, de sentimentos de constrangimento e inadequação decorrentes de seu tipo físico, cor de pele, cabelo e pertencimento racial, até a naturalização de posições sociais subalternas e de insucesso escolar (p.231).

Outro aspecto a ser mencionado, diz respeito ao fato de que se percebe o racismo vivenciado pelo estudante negro dentro da instituição escolar, o que colabora para a evasão escolar desse grupo e tem como consequência, a diferença de classe entre negros e brancos. Conforme Sergei Soares (2009), o nível educacional influencia na renda do indivíduo. O que quer dizer, sendo assim, é possível constatar que só a educação possibilitaria ao indivíduo ascender socialmente.

Nessa perspectiva, o Movimento negro (MN), grupo formado por intelectuais negros e brancos passaram a lutar por uma educação inclusiva e mais humanitária, por acreditarem que a escola, enquanto formadora de cidadãos, é capaz de transformar a nossa sociedade. E obtiveram como vitória, no ano de 2003, a aprovação da Lei 10639/03.

De acordo com Cavalleiro (2005):

Tais constatações acabaram por obrigar o Estado a construir políticas públicas de combate a essas desigualdades sociais e educacionais. Em 9 de janeiro de 2003, a Lei 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei 9.394), instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e culturas africanas e afrobrasileiras. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação aprovou as diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileiras e Africanas (pg. 9).

A LDB foi aprovada em 1996, e no ano de 1997 foi incluída na Lei a Pluralidade cultural como tema transversal nos PCN.

Com a criação da Lei 10639, houve a necessidade de alterar os artigos 26 e 79 da Lei 9.394 conhecida como Lei Darcy Ribeiro, tornando obrigatória, a inclusão no currículo oficial de ensino da temática “História e cultura Afrobrasileira”. Veja o texto:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

§ 3º - (Vetado)”
“Art. 79-A - (Vetado)”

“Art. 79-B - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 09 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristóvan Ricardo Cavalcanti Buarque

Por muito tempo, a história da África foi abordada pelos livros didáticos de acordo com a visão eurocêntrica, isto é, o continente europeu como detentor de todas as áreas do conhecimento e o homem branco como sendo superior ao negro, por sua vez, a África é abordada de forma estereotipada como sendo “um continente exótico, primitivo, miserável, ignorante e violento”, conforme afirma Amauri Mendes Pereira (2006, p.08). Constata-se que essa invisibilidade do negro, serve como uma forma de dominação e exclusão do afrodescendente.

Sobre essa ótica, uma das vitórias do Movimento Negro, foi a retirada dos livros didáticos de imagens e textos que apresentam visão eurocêntrica do negro. O afrodescendente, por muito tempo, foi apresentado nestes compêndios de forma estereotipada e estigmatizada. O negro é sempre representado como escravo, como um povo de cultura inferior, não tem voz na narrativa em textos literários e também não é construtor de sua própria história, sendo sempre dependente do homem branco.

A criação da Lei 10639/03 partiu da percepção de que o conhecimento da história de um povo, de sua cultura, neste caso, o negro é primordial para se combater todas as formas de discriminação etnorracial no espaço escolar, tendo em vista que as abordagens existentes em livros didáticos sobre o povo africano são feitas por pessoas sem o conhecimento sobre o tema. Quer dizer, geralmente, não contam a história do povo negro antes da escravidão, não abordam que este segmento foi detentor de saberes científicos, astrológicos e matemáticos.

Conforme Pereira (2006):

Reconhecendo ser a escola um espaço privilegiado de formação de indivíduos para viver em sociedade como verdadeiro cidadão, questões como o respeito à diversidade e a história da África; a valorização das contribuições dos afrodescendentes na formação do povo brasileiro; o resgate de personalidades negras que marcaram a história da luta dos negros no Brasil; o lugar ocupado pela religiosidade negra na resistência histórica desse povo; bem como reflexões sobre ações afirmativas; não poderiam passar despercebidas nesse novo cenário nacional. O desafio da promoção da igualdade de oportunidades é uma tarefa educativa que exige coordenação de esforços, recursos e ações no âmbito governamental em seus diferenciados níveis, na sociedade (p.05).

Argumenta-se que a instituição escolar deve cumprir a Lei 10639/03, representando o negro nos materiais didáticos de forma positiva, pois, estudantes negros precisam ter sua autoestima e identidades resgatadas e sobretudo sentirem-se acolhidos no espaço escolar.

Pesquisadores de livros didáticos afirmam que ele tem sido um objeto de avaliações controversas nos últimos anos, devido à complexidade de entendimento do que vem a ser esse instrumento. E quanto ao seu uso, nas práticas pedagógicas dos docentes, alguns professores não fazem questão de utilizá-lo em sala de aula, por outro lado, outros educadores fazem uso do mesmo, pois o veem como um grande auxiliador em suas práticas pedagógicas. Apesar dessas questões, esse instrumento continua sendo muito utilizado nas escolas, às vezes, é a única ferramenta de leitura utilizada por alunos que não têm acesso a outras formas de adquirir conhecimentos.

E, ainda, para Circe Bittencourt (2005):

O livro didático é também um dispositivo dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares; e é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade em determinada época. (p.72)

Sendo assim, o livro didático é uma ferramenta cultural, transmissora de valores e ideologias de uma determinada sociedade em um determinado contexto histórico repassando valores do grupo dominante.

Conforme ressalta Bittencourt (2001):

Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações dos livros didáticos transmitem estereótipos e valores de grupos dominantes, generalizando temas, como: família, crença, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa. (p.72)

A estudiosa Ana Célia da Silva destaca ainda que “em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificados pelas pesquisas realizadas nas últimas

décadas.”(2005, p.23). Sobre essa ótica, compreende-se ser a escola transmissora do preconceito racial, que afeta estudantes negros, a partir do momento que ela adota livros didáticos que trazem conteúdos discriminatórios contra o negro, contribuindo para que estudantes brancos enxerguem o afrodescendente como um “ser inferior.” Kabelenge Munanga (2005, p. 16) reforça que “estas relações entre alunos de diferentes ascendências etnorraciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado.”

Concorda-se com Jaccoud (2008, p. 155) quando defende que “a esfera educacional é um espaço estratégico para a construção de uma sociedade mais dinâmica e igualitária.” Contudo quando ela adota qualquer material didático que reforce o preconceito racial, deixa de exercer seu papel na sociedade. O afrodescendente como um povo que muito contribuiu para o crescimento da nossa nação, não pode continuar sendo representado como sendo inferior ao branco, faz-se necessária à adoção de políticas públicas que o insira na sociedade.

A mediação professor/ livro didático é muito importante na formação do aluno. Pois, para se formar cidadãos críticos e atuantes que saibam aceitar e respeitar às diversidades dentro do espaço escolar e também no seu convívio social é primordial que o docente perceba os valores ideológicos repassados para esse instrumento e saibam trabalhar de forma crítica esses conteúdos existentes no livro didático. O professor deve reconhecer as práticas pedagógicas racistas e trabalhar com o intuito de desconstruir esse discurso, promovendo a igualdade racial.

De acordo com Ana Célia (2005):

Identificar e corrigir a ideologia, ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para reconstrução da autoestima, do autoconhecimento, do autoconceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade (p. 31).

Para Cornélio Rocha “tratar da questão do Ensino Fundamental significa perguntarmos que ensino queremos construir e para quem, sobretudo, se falamos de uma escola que pela constituição de seus alunos é pluricultural. {...} (p.214). O autor ainda afirma que “ao analisar pesquisas sobre livros didáticos, os autores confirmam que a escola pública é “branca”, devido ao tratamento

que ela dá aos alunos de outros grupos étnicos nos materiais didáticos adotados por ela.”

Reforça-se que quando se fala em um processo educativo igualitário, relacionando-o com livro didático (LD) instrumento ideológico carregado de valores europeus, pretende-se apontar que indivíduos envolvidos nesse processo reconheçam que o Brasil é uma nação miscigenada, onde cada povo, cada cultura teve sua contribuição para o crescimento da nação e que nenhuma cultura é superior e nem inferior à outra. E quanto à questão das “raças”, discurso construído para dominar e explorar o negro, a ciência já provou que elas não existem, mas sim existe só uma a raça humana. Acredita-se que para que se tenha uma educação igualitária, todos os participantes do processo educativo, isto é, a escola, o professor, o orientador pedagógico, o diretor devem trabalhar juntos na luta pela a igualdade do negro e não devem negar que em nosso país existem sim diferenças e desigualdades e que elas são determinantes na exclusão social do povo negro.

Conforme Adailton de Paula (2005) constata:

A sociedade brasileira só se desenvolverá quando combater as desigualdades sociais de gênero e de raça e promover definitivamente uma educação inclusiva que combata o racismo e o machismo e promova a igualdade racial, social e de gênero (p.93).

Para que se tenha uma educação inclusiva, faz-se necessário que o livro didático adotado pelas escolas seja fiscalizado por um órgão competente, e o órgão responsável pela fiscalização é o MEC através do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Dessa maneira, no próximo subtópico será explanado sobre o PNLD e os critérios para a formação de uma educação inclusiva e igualitária.

2.1. PNLD E OS CRITÉRIOS PARA FORMAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ IGUALITÁRIA

O PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) foi criado em 1985, com a edição do Decreto Lei nº 91.542 de 19/ 08/ 1985 em substituição ao PLIDEF (Programa do Livro Didático para o Ensino fundamental). É o órgão responsável pela distribuição de livros didáticos aos alunos da rede pública de ensino, sendo que o público alvo são os alunos do Ensino Fundamental. Um dos objetivos do programa é auxiliar o professor na escolha dos livros que serão utilizados pelos alunos. Essa escolha deve ser criteriosa, pois os livros escolhidos serão utilizados por três anos consecutivos.

Esses livros são distribuídos gratuitamente e no final do ano letivo, o mesmo deve ser devolvido para ser reutilizado no ano seguinte por outro aluno.

Dentre os livros reutilizados estão os das disciplinas: Matemática, Português, História, Geografia, Ciências, Física e Química.

Os livros didáticos antes de chegarem à escola são submetidos a um criterioso processo avaliativo, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) é o órgão competente que faz essa avaliação. Este processo inicia-se com o lançamento do edital que é disponibilizado na internet, que dita as regras para a inscrição do livro didático pelas editoras.

Após a escolha das obras, o MEC elabora o guia do Livro Didático. Este guia contém as resenhas de cada exemplar aprovado, que é repassado às escolas que participam do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão responsável pela política de execução do PNLD. De acordo com o FNDE “os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do Guia do Livro didático.” A escola, após analisar as resenhas, escolhe o livro que está de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico.

De acordo com Jandson Bernardo soares e Wendell de oliveira Souza (2011):

É necessário perceber o livro didático como sendo um objeto cultural, tendo em vista o fato desse ser obra de seu tempo e referenciá-lo em sua internalidade, trazendo consigo imagens idealizadas, fruto de usos e produções (p. 05).

Verifica-se que esse instrumento de aprendizagem, utilizado pelos professores para formar cidadãos, deve trazer valores sociais contextualizados, auxiliando o docente em sala de aula, e hoje, o processo educativo prioriza uma educação envolvida com as questões sociais e com as lutas sociais.

Nesse sentido, constam nos editais de avaliação dos livros didáticos alguns critérios de qualificação destes instrumentos que têm como objetivo auxiliar os professores no momento da escolha do livro, esses critérios, desde a aprovação da Lei 10639/03, passaram a zelar por uma educação inclusiva de grupos minoritários.

Foram analisados os editais dos anos de 2005 até o ano de 2010 e os critérios quanto ao afrodescendente são estes:

4. Promover positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;

5. Promover positivamente a cultura afrobrasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos;
6. Abordar a temática das relações etnicorraciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária (EDITAL 2010, p.29).

Sobre esses aspectos, Soares e Sousa (2011, p.05), ressaltam ainda que “esses critérios se referem aos valores sociais que devem estar presentes nos livros didáticos, fruto de uma demanda e dos constantes embates dos grupos sociais.”

Acredita-se que é possível erradicar o racismo em nossa sociedade, e que esse processo começa na escola, por ser um espaço de socialização e que o livro didático, por ser uma ferramenta à qual os estudantes têm acesso em todas as fases da educação básica, é um forte aliado junto ao educador.

Por acreditar que a educação pode gerar cidadãos que respeitem as diversidades, o Movimento Negro luta por um processo educativo igualitário, e por esse motivo, luta para que negros e brancos tenham o mesmo tratamento nos livros didáticos.

Nessa perspectiva, no próximo capítulo será analisado se os livros didáticos distribuídos pelo MEC e adotados pelas escolas do Distrito Federal, ainda apresentam textos que reforçam o racismo no espaço escolar prejudicando o aprendizado de alunos negros.

3. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Neste capítulo será analisado se com a implementação da Lei 10639/03, os livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental distribuídos pelo MEC e adotados pelas escolas do DF apresentam textos tais como: contos, Crônicas, biografias etc, que contribuem para a disseminação do racismo no ambiente escolar.

Sabe-se que, antes da Lei, as abordagens feitas pelos editores desses compêndios em relação ao afrodescendente, eram produzidas de maneira estigmatizada e estereotipada, tornando a escola um espaço de opressão ao aluno negro.

Várias pesquisas têm comprovado que os livros didáticos, quando trazem essa abordagem do negro, contribuem para que crianças negras em processo de formação de suas identidades tenham uma autonegação de sua etnia, como consequência, o rendimento escolar desse grupo é prejudicado. De acordo com Munanga (2005), “estas relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências etnoraciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado” (p. 16). De outro modo, crianças brancas veem as crianças negras como sendo inferiores ao branco, tendo em vista que elas estão em processo de formação de suas personalidades e nesta fase os valores ideológicos da sociedade são interiorizados por elas.

Na análise, foi possível observar que houve uma significativa mudança ao tratamento dado ao afrodescendente, isto é, nos livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental distribuídos pelo MEC em cada PNLD, o número de textos que fazem a representação do negro de forma estereotipada e estigmatizada diminuíram, e percebe-se que daqui a alguns anos esses textos desaparecerão do livro didático. Entretanto, há um fator preocupante, da mesma maneira que esses textos estão desaparecendo dos compêndios, também a presença do negro está desaparecendo desses livros, tendo em vista que a proposta do Movimento Negro e a proposta dos critérios de avaliação do livro didático não é essa. A proposta destes dois é a promoção da cidadania do negro, e não a exclusão.

Na pesquisa também foi investigado se os três critérios de avaliação do livro didático em relação ao afrodescendente anteriormente mencionados foram respeitados pelos editores dos livros didáticos:

4. Promover positivamente a imagem do afrodescendente, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
5. Promover positivamente a cultura afrobrasileira dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos;
6. Abordar a temática das relações etnorraciais do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária (EDITAL 2007, P.29).

3.1. AMOSTRA DOS LIVROS DIDÁTICOS PESQUISADOS

Abaixo, segue um quadro com os nomes dos livros, nomes dos autores, das editoras, e também, os números das edições dos compêndios que foram selecionados para fazer as análises.

Número	Livro	Autores	Editora/ edição/ano
1	A aventura da Linguagem	Luiz Carlos Travaglia, Maura Alves de Freitas Rocha e Vânia Maria Bernardes	Dimensão 1ª edição, ano 2009.
2	Tudo é Linguagem	Ana Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi.	Ática, 2ª edição, ano 2009.
3	Português Linguagens	Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães	Atual, 4ª edição, ano 2006.

3.2. ANÁLISE DO 1º LIVRO DIDÁTICO

TRAVAGLIA, Luiz Carlos; DE FREITAS, Maura Alves; BERNARDES, Vânia Maria. **A aventura da Linguagem**. 7ª série. Dimensão, 2009.

O primeiro livro a ser analisado apresenta um trecho da obra “Reinações de Narizinho”, do escritor Monteiro Lobato. Esse texto encontra-se na unidade 2, cujo tema é “Mundo social”. Nessa unidade estão incluídos vários textos de vários gêneros textuais que mostram como as pessoas são e como elas vivem em contextos sociais diferentes.

Recentemente, levantou-se uma discussão tanto pela sociedade quanto pela comunidade acadêmica se as obras de Monteiro Lobato têm ou não conteúdos racistas e se elas devem ou não ser adotadas pelo MEC.

Os que são favoráveis à adoção, argumentam que a abordagem feita do negro é devido o seu contexto de produção; já os que são contra, argumentam que sim, que há um racismo explícito nessas obras e que deve haver uma nota de rodapé explicando a abordagem. E segundo o Movimento Negro, “estes livros estão carregados de palavras racistas que contribuem para fundamentar a continuidade da discriminação racial” (CGN).

No início do século XX, o país, vivia um momento no qual as teorias científicas do século XIX, reforçavam o racismo existente no Brasil. Mas devido ao fato de toda a obra ter um contexto de produção, Monteiro Lobato escrevia para a elite burguesa dessa época, e nesse período o acesso do negro à educação era restrito. Partindo desse pressuposto, o público alvo dessa literatura eram os filhos da elite burguesa branca. Conforme Williem Silva de Freitas (2005), quando se fala em um processo de formação da educação brasileira, essa educação foi criada para a elite burguesa em detrimento de um grupo que vivia à margem da sociedade.

2 CAPÍTULO

Narizinho

Monteiro Lobato

Numa casinha branca, lá no sítio do "Picapau Amarelo", mora uma velha de mais de sessenta anos. Chama-se dona Benta. Quem passa pela estrada e a vê na varanda, de cestinha de costura ao colo e óculos de ouro na ponta do nariz, segue seu caminho pensando:

— Que tristeza viver assim tão sozinha neste deserto...

Mas engana-se. Dona Benta é a mais feliz das vovós, porque vive em companhia da mais encantadora das netas, Lúcia, a menina do narizinho arrebitado, ou Narizinho como todos dizem. Narizinho tem sete anos, é morena como jambo, gosta muito de pipoca e já sabe fazer uns bolinhos de polvilho bem gostosos.

Na casa ainda existem duas pessoas: tia Nastácia, negra de estimação que carregou Lúcia em pequena, e Emília, uma boneca de pano bastante desajeitada de corpo. Emília foi feita por tia Nastácia, com olhos de retrós preto e sobranceiras tão lá em cima que é ver uma bruxa. Apesar disso, Narizinho gosta muito dela; não almoça nem janta sem a ter ao lado, nem se deita sem primeiro acomodá-la numa redinha entre dois pés de cadeira.

Além da boneca, o outro encanto da menina é o ribeirão que passa pelos fundos do pomar. Suas águas, muito apressadinhas e mexeriqueiras, correm por entre pedras negras de limo, que Lúcia chama as "tias Nastácias do rio".

Todas as tardes Lúcia toma a boneca e vai passear à beira d'água, onde se senta na raiz dum velho ingazeiro para dar farelo de pão aos lambaris.

Não há peixe do rio que a não conheça; assim que ela aparece, todos acodem numa grande fomezinha. Os mais miúdos chegam pertinho; os maiores parecem que desconfiam da boneca, pois ficam resabiados, a espiar.

LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 3.

1 O texto "Narizinho" dá características de algumas pessoas para dizer como elas são, o que gostam de fazer, o que sentem. Faça um quadro em seu caderno de acordo com o modelo abaixo, resumindo estas características.

	Como é	O que faz ou sente
Narizinho		
Dona Benta		
Tia Nastácia		
Emília		

Atividade(4): no Manual do Professor, há sugestão para o preenchimento do quadro.

2 Como é o Sítio do Picapau Amarelo?

Tem uma casinha branca com varanda, um pomar e um ribeirão que passa no fundo do pomar.

3 Por que o autor diz que as águas do ribeirão eram:

a apressadinhas? Porque elas se movem rapidamente, não são um ribeirão comum, "braga é lá".

b mexeriqueiras? Porque, ao correr, as águas do ribeirão fazem um barulho muito engraçado, como se fossem mexeriqueiras e estivessem rindo.

65

TRAVAGLIA, Luiz Carlos; DE FREITAS, Maura Alves; BERNARDES, Vânia Maria. **A aventura da Linguagem**. 7ª série. Dimensão, 2009.

Sendo assim, entende-se que naquele contexto, as obras do escritor reforçavam no imaginário dessas crianças a inferioridade do negro.

Analisar-se-á um trecho do livro "Reinações de Narizinho", lançado em 1931, esta obra literária é considerada a precursora da literatura infantil criada por Monteiro e presentes no material didático I

Vejamos esse trecho da obra:

Na casa ainda existem duas pessoas: tia Nastácia, **negra de estimação** que carregou Lúcia em pequena, e Emília **uma boneca de pano bastante desajeitada de corpo**. Emília foi feita por tia Nastácia, com olhos de retrós preto e **sobranceiras tão lá em cima que é ver uma a bruxa**.

No primeiro momento de uma leitura superficial, não se encontram teor racistas nessas palavras. No entanto, ao se analisar nas entrelinhas, encontram-se palavras e comparações que possibilitam a identificação do racismo na obra. Como, por exemplo, no tratamento que o narrador dá à tia

Nastácia, “negra de estimação”, entende-se que não é uma maneira carinhosa de tratá-la, mas de zoomorfizá-la, haja vista que naquele século, havia o esforço de alguns intelectuais em animalizar o negro, como forma de deixá-lo à margem da sociedade. Sobre essa questão, Sant’ Ana enfatiza que pesquisadores de livros didáticos afirmam que um dos estereótipos mais presentes nestes compêndios é a animalização do negro (p.57).

Outro fator que se pode observar é que a personagem não tem família, essa abordagem reforça a questão da sociedade burguesa enxergar o negro como aquele que não tem direito a constituir uma família, tendo em vista que quando eles chegavam ao país para serem escravizados, os mesmos eram afastados de seus familiares. Segundo pesquisas realizadas nas últimas décadas, a representação social do negro nos livros didáticos é de um ser sem família, não é construtor de sua própria história, de modo que parece ser necessário que o branco tome decisões por ele.

Em relação à boneca Emília ser mal feita, outra vez, o narrador tenta fortalecer o estereótipos e o estigmas em relação à incapacidade do negro.

Vera Moreira Figueira, pesquisadora do Arquivo Nacional, realizou uma pesquisa em 1988, que teve como objetivo demonstrar a existência do preconceito racial na escola e nos livros didáticos e constatou que: “no espaço escolar as qualidades socialmente positivas são atribuídas aos brancos: amigo, simpático, estudioso, inteligente, bonito, rico.” A estudiosa ainda reforça que por complementariedade, as qualidades negativas são francamente atribuídas ao negro: burro, feio, porco, grande ladrão” (FIGUEIRA,1990 apud SANT’ANA, 2005, P.52).

De acordo com Ana Célia da Silva (2005):

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, pode promover exclusão, a cristalização do outro em funções papéis estigmatizados pela sociedade, a autorrejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado (p.24).

Argumenta-se que os estereótipos e os estigmas presentes nas obras de Monteiro Lobato interferem no ensino-aprendizagem dos alunos negros, tendo em vista que este grupo está em processo de formação de sua identidade. E, como consequência, muitos passam a ter uma negação da sua imagem e de sua etnia.

Observem outro trecho da obra: “Além da boneca, o outro encanto da menina é o ribeirão que passa pelos fundos do pomar. Suas águas, muito apressadinhas e mexeriqueiras, correm por entre **pedras negras do limo, que Lúcia chama-as ‘tias Nastácias do rio.’**” Nesse trecho, o narrador ao comparar um ser humano que possui sentimentos e emoções com um ser inanimado, devido à cor preta de sua pele, coisifica o negro, destituindo-o de sua humanização.

Isso nos leva a compreender a análise do discurso que aparentemente não vemos, entretanto é nos detalhes que encontramos o ranço do racismo que pode ser influenciado pelo contexto de produção da obra.

Segundo Eni Orlandi (1999):

A análise do discurso não se trata apenas de transmissão de mensagem, não existe linearidade nas disposições dos elementos da comunicação, a análise do discurso não procura o verdadeiro, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica (p. 48).

Como em toda análise que nos dispomos a fazer, encontramos distorções, mitos e realidades, e no caso de Monteiro Lobato, o teor racista é estruturado na forma como ele faz as comparações de tia Nastácia e da boneca.

Em relação ao exercício proposto ao aluno, pode-se concluir que não trabalha a criticidade nem do aluno e nem do professor, tendo em vista que muitos dos professores que ainda estão em sala de aula, reproduzem os discursos positivistas, quer dizer, não levam o aluno a ter uma visão crítica da sua própria realidade. Outra questão que foi constatada é que o texto foi utilizado como pretexto, apenas para se trabalhar os elementos aparentes e superficiais do texto.

E, ainda, observa-se que essa atividade reforça o discurso racialista, isto é, a cor branca é imbuída de qualidades positivas e ainda é sinônimo de felicidade, por outro lado, a cor negra é vista como sendo algo negativo. Enfatiza-se que conforme já foi citado, esse tipo de abordagem desestimula o aluno negro, que vê sua cor e sua etnia como algo negativo, e como consequência o seu aprendizado é prejudicado. E também, os alunos brancos veem o aluno afrodescendente como sendo inferior o branco.

Conclui-se que o autor do livro didático, ao escolher este texto para ser trabalhado pelo professor em sala de aula, desrespeitou o critério 4 (quatro) de avaliação do livro didático, que é promover positivamente a imagem do afrodescendente, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder. Nessa ótica, pensa-se que os textos de Monteiro são temerários, haja vista que é uma obra do seu tempo, a qual a ideologia da classe dominante era extirpar o negro da sociedade.

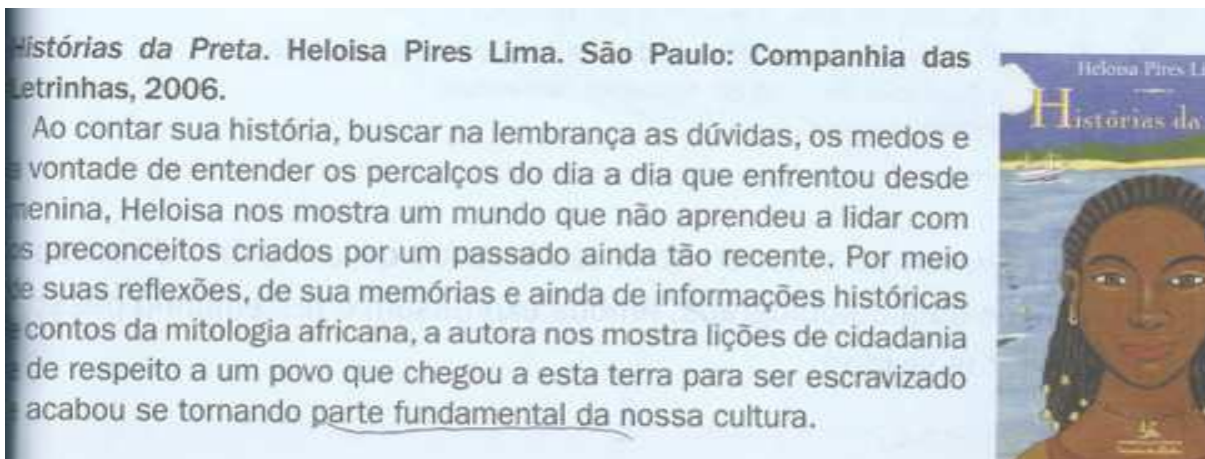
Entretanto, isso não impede que professores trabalhem a literatura de Monteiro Lobato, pois, apesar de conter conteúdos racistas, as obras do autor são muito ricas em informações, fator que contribui para o desenvolvimento do aluno, e por outro lado, elas podem ajudar a desconstruir do imaginário das crianças brancas a inferioridade do negro.

Por esse motivo, entende-se que o professor do Ensino Fundamental, na execução de seu papel de mediador, deve estar capacitado para reconhecer todos os tipos de discriminação que os livros didáticos apresentam.

Sabe-se que o racismo está enraizado no imaginário de nossa sociedade e mesmo após a criação da lei 10.639/03, e com a fiscalização do MEC, ainda encontramos, mesmo que de maneira escamoteada, a discriminação racial em livros didáticos.

3.3. ANÁLISE DO 2º LIVRO DIDÁTICO

No segundo livro, cujo nome é “Tudo é Linguagem” foi escolhida para fazer a análise a resenha do livro “Histórias da Preta”, cuja escritora é Heloísa Pires Lima. Esse texto faz parte da unidade três do livro didático. Nessa unidade são estudados vários gêneros textuais, tais como diário, biografia, autobiografia, resenha, além de conteúdos gramaticais.



BORGATTO, Ana; BERTIN, Terezinha; MARCHEZI, Vera. **Tudo é Linguagem**. 7º ano. Editora: Ática, ano 2009.

Observa-se que os autores do livro didático, ao elaborarem a resenha do livro, preocuparam-se em abordar a questão do preconceito racial. No entanto, quando eles afirmam que o negro chegou a essa terra para ser escravizado e acabou se tornando parte fundamental da nossa cultura, entende-se que o negro não é tratado como ser humano, quer dizer, ele é tratado somente como um produto. Conforme cita Guimarães, “o negro foi apropriado como objeto cultural, símbolo e marco fundador da civilização brasileira, mas teve negado o direito a uma existência singular plena como membro de um grupo étnico” (p.21).

Ao analisar esse texto, percebe-se que a intenção dos editores é “coisificar” o negro, tendo em vista que quando o país foi constituído como uma nação, os elementos da cultura do negro foram assimilados pelos intelectuais daquela época, contudo a humanidade do negro não foi reconhecida.

Outro fator que se analisa nesse texto é o mito da democracia racial, fala-se do respeito ao povo negro, todavia não tratam da temática da inclusão social. Pensa-se que os editores desse livro didático deveriam ter ampliado esse texto, isto é, terem trazido algumas partes da própria obra, com o objetivo de mostrar ao aluno um pouco da história do povo africano como forma de desconstruir o estereótipo de que o africano não tem uma história e que também no continente africano só existem pobreza e animais selvagens.

O negro não trouxe para o Brasil apenas sua cultura, mas também riquezas por intermédio da exploração de sua mão de obra, e, muito menos, ele é um símbolo, mas sim, um cidadão brasileiro e como tal tem os mesmos

direitos que o branco. O Movimento Negro não luta apenas para que o negro seja respeitado, quer dizer, que a sociedade aceite suas características fenotípicas, mas luta também pela inclusão social desse grupo em várias esferas da sociedade.

Pensa-se que essa inclusão do afrodescendente deve ser feita em primeiro lugar no livro didático, por ele ser um instrumento de fácil acesso aos estudantes do Ensino Fundamental, haja vista que esses alunos estão em processo de socialização, dessa maneira, eles aprenderão a respeitar e aceitar as diferenças.

Na pesquisa, verificou-se que, nos compêndios, os autores limitaram-se em somente abordar questões sobre o preconceito e o racismo, deixando de apresentar o negro em vários papéis sociais. Reforça-se que a inserção social desse segmento nos livros didáticos desconstruiria do imaginário das crianças brancas a inferioridade do negro, e as crianças negras aumentariam sua autoestima.

Ressalta-se a importância do professor crítico para a promoção de uma educação igualitária como meio de desconstruir a inferioridade do negro. Em estudos realizados sobre o fracasso escolar de crianças negras, os autores desses estudos enfatizam que muitas vezes até mesmo o professor enxerga o aluno afrodescendente como sendo o derrotado, o coitado, aquele tem um mau comportamento e, portanto, sendo destinado à reprovação.

Maria Pinto (2003), em sua pesquisa intitulada “Quem são os meninos que fracassam na escola”, comenta que os meninos negros são geralmente vistos pelos professores como aqueles que têm a maior dificuldade em aprendizagem e são os que mais passam pelo processo de reprovação. Refletimos se essa conclusão à qual a pesquisadora chegou se é culpa do aluno que é desinteressado, se ele realmente é inferior intelectualmente ao aluno branco ou se é culpa da discriminação racial que ele sofre no ambiente escolar?

Conforme já citado, o preconceito racial interfere na aprendizagem do aluno. Compreende-se que se o professor não trabalhar criticamente esses tipos de textos que abordam o ideal de branqueamento da nação, as crianças brancas continuarão vendo o negro como sendo inferior; em contrapartida,

nossas crianças negras não alcançarão o sucesso escolar e fator mais agravante muitos continuarão evadindo da escola.

Geralmente, o negro introjeta o discurso do branco, o qual o negro é incapaz, não tem várias aptidões, sobrando para ele às profissões estigmatizadas pela sociedade.

Enfatiza-se que as crianças negras também são o futuro da nação e também têm seus sonhos profissionais que são os mais diversos como: professores, advogados, engenheiros, publicitários, médicos, e até mesmo governarem a nação, como o atual presidente dos Estados Unidos, que é afrodescendente.

No entanto, para que seus sonhos sejam realizados, o discurso racista criado pelo europeu e reforçado por intelectuais brasileiros é preciso ser desconstruído. Falar em desconstruir algo que já está arraigado no imaginário da sociedade há séculos pode ser utópico, entretanto, o comparamos como o muro de Berlim, que foi derrubado. A escola como formadora de seres humanos pode ajudar a derrubar esse muro, trazendo para dentro do espaço escolar a defesa da igualdade entre todos os homens independente de raça, credo, etnia, cultura, opção sexual etc.

O globo repórter do dia 18/10/ 2013, foi muito importante, pois o programa foi sobre o bullying, deu exemplos de várias escolas que tratam de forma crítica juntamente com aluno, tanto vítima como opressor, sobre o mal psicológico que esse faz à sua vítima. Com o racismo não é diferente, a vítima dessa discriminação carrega em seu inconsciente para o resto de sua vida as consequências desse ato. Pois, conforme Freud, o inconsciente é atemporal.

Hoje, apesar de todo o discurso antirracista existente, da luta do Movimento Negro, da constituição abordar o tema da igualdade entre todos os homens, das Leis Educacionais que pregam uma educação igualitária, constata-se que o acesso do negro em certas esferas sociais é limitado. No entanto, afirma-se ser importante, nos livros didáticos se trabalhar a pluralidade étnica e cultural, pois alunos negros precisam resgatar sua autoestima; e por outro lado alunos brancos aprenderem aceitar as diferenças.

3.4. ANÁLISE DO 3º LIVRO DIDÁTICO

Os textos que foram escolhidos para a análise fazem parte da unidade 3 do livro didático intitulado “Português Linguagens”. O tema da unidade é: Juventude. São trabalhados vários gêneros textuais como, por exemplo: poesia, carta, debate, diálogo e tem como objetivo desenvolver o senso crítico do aluno.

O texto que será analisado é uma coletânea de três textos de gêneros textuais distintos. O primeiro é um texto dissertativo argumentativo, o segundo é uma crônica e o terceiro é um diálogo.

No primeiro texto, percebe-se que ele é rico em argumentos que podem ser trabalhados pelo professor. As duas primeiras perguntas que são feitas, antes de iniciar os textos, servem como um meio do professor aguçar o senso crítico do aluno. Esses três textos, se trabalhados pelo professor de maneira crítica, podem promover uma discussão na classe, levando os alunos a respeitar as diversidades e o professor a promover uma educação igualitária.

2. O desenvolvimento é construído em quatro parágrafos.

- Que aspecto da tese é desenvolvido no primeiro desses quatro parágrafos?
- Que aspecto é abordado nos outros três parágrafos?

3. Os argumentos utilizados para fundamentar a tese podem ser de diferentes tipos: exemplos, comparações, dados históricos, dados estatísticos, pesquisas, causas socioeconômicas ou culturais, depoimentos — enfim, tudo o que possa demonstrar que o ponto de vista defendido pelo autor tem consistência. Quais desses tipos de argumento o autor utilizou em cada um dos parágrafos do desenvolvimento?

4. Observe a conclusão do texto. Trata-se de uma conclusão do tipo síntese ou do tipo proposta?

5. Observe o título do texto. Você o considera adequado ao texto? Por quê?

6. Observe a linguagem do texto.

- O autor emprega uma linguagem pessoal e subjetiva ou impessoal e objetiva? Justifique sua resposta.
- Que tipo de variedade lingüística foi empregado?

7. Troque idéias com seus colegas de grupo e, juntos, concluam: Quais são as características do texto dissertativo-argumentativo?

A dissertação escolar e o texto argumentativo

Nas escolas tradicionalmente tem-se desenvolvido o trabalho com a dissertação, um tipo de texto que costuma ser exigido em exames de seleção, como os concursos públicos, os vestibulares e os vestibulares.

A rigor, dissertar significa explicar um tema, isto é, desenvolver pontualmente um assunto. Em princípio não é obrigatório tomar posição diante do tema. Porém, como os temas propostos quase sempre são polêmicos, o candidato geralmente é orientado para se posicionar e defender um ponto de vista. Em outras palavras, ele deve argumentar.

Por essa razão, estamos chamando esse tipo de texto de texto dissertativo-argumentativo.

Agora é a sua vez

Recentemente, o jogador de futebol Ednaldo Batista Libâneo, chamado Grafite por causa da cor da pele, foi alvo de um episódio de racismo que resultou em inúmeros debates. Na mesma semana, o presidente Lula visitou a prisão de Gorée, no Senegal, país da África de onde vieram muitos dos africanos trazidos à força para o Brasil na época da escravidão, e pediu perdão pela participação do Brasil nesses eventos. O racismo é uma questão solucionada no mundo e no Brasil? O que há por trás desse tipo de preconceito?

Leia o painel de textos a seguir e conheça alguns pontos de vista sobre esse assunto.

Um não bem sonoro ao racismo

Na semana passada, durante partida de futebol no estádio do Morumbi entre os times do São Paulo e do Químes, pela Copa Libertadores, a ati-

tude racista do zagueiro argentino Desábato, que xingou e ofendeu o atacante do São Paulo, Grafite, não acabou em pizza. Por um acaso, Grafite jogou

pela nossa Fercuviária em 2002. O delegado Oswaldo Gonçalves prendeu em flagrante o jogador argentino pelo crime de injúria racial. O zagueiro chegou a ficar preso dois dias, depois foi solto sob pagamento de fiança. Ainda assim, será processado pelo crime que cometeu.

A ofensa de caráter racista contra Gralito já havia acontecido na primeira partida entre os dois times, realizada na Argentina. A diretoria do Quilmes chegou a mandar uma carta pedindo desculpas ao brasileiro. Mas o fato se repetiu no Brasil e felizmente não ficou só no papel. Como bem definiu o técnico Emerson Leão, "isso está acontecendo em todos os lugares, alguém tinha de tomar uma decisão".

Por isso mesmo, a atitude do delegado em cumprir a lei e punir o zagueiro argentino foi exemplar. O racismo vem ganhando força em muitos países. O que vem acontecendo no futebol é apenas a ponta de um iceberg. Se este tipo de comportamento não é coibido de imediato, corremos o risco de voltar atrás nas relações humanas, no respeito e nos direitos humanos já conquistados, depois de uma História repleta de casos de escravidão e segregação.

Desta vez, uma atitude racista, como a do argentino Desábato, não acabou em pizza

Os recentes casos de racismo no futebol levaram o atacante francês Thierry Henry, do Arsenal, a iniciar uma campanha contra o preconceito racial. Vem ganhando cada vez mais adeptos, entre eles jogadores brasileiros que não encaparam desse tipo de agressão, como Romário, Roberto Carlos e Juan.

[...]

Um grande passo é ver que a reação contra o racismo hoje parte dos próprios ofendidos. Não basta haver uma lei se não há vítimas que reclamem seus direitos. No passado, Pelé, assim como outros jogadores, foram vítimas de racismo. Mas optaram por se calar. O atacante Gralito, por outro lado, já admitiu que aceita o pedido de desculpas de Desábato, mas prometeu que não irá retirar a queixa: "caí na armadilha como cidadão tomar uma atitude e procurar os meus direitos. Agora deixo para a Justiça fazer o seu trabalho". O jogador espera que essa atitude seja um "pontapé" para o fim do racismo no futebol.

[...]

Um grande passo é ver que a reação contra o racismo hoje parte dos próprios ofendidos

A punição do jogador Desábato também deu pontes para o Brasil, visto lá fora e aqui dentro como um país com alto grau de impunidade. O Brasil tem mostrado determinação no combate ao preconceito racial. Outro exemplo recente de racismo no futebol não ficou sem punição. Em março, em jogo entre América-MG e Atlético-MG, o zagueiro Wellington Paulo xingou o colega André Luiz de macaco. Não foi feita denúncia criminal, mas o ofensor foi julgado pelo Código Brasileiro Disciplinar de Futebol e o Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Mineira de Futebol suspenso por 30 dias.

Infelizmente, ainda há lugares em que as próprias autoridades fazem corpo mole para um problema tão sério como o racismo, que no passado já ajudou a provocar grandes guerras no mundo.

[...]

Mudar o comportamento social e cultural de um povo é muito difícil. Não só em relação ao racismo, mas ao preconceito em geral, que é enraizado e condenável em todas as suas facetas, seja de raça, cor, credo, idade, aparência física, etc. Isso só se consegue com a igualdade de direitos e com muita educação para a cidadania, desde muito cedo.

Mas também se consegue, até certo ponto, pela punição e exemplo. É pelo engajamento. Esperamos que o futebol, esporte popular que une e emociona multidões, possa educar e unir as pessoas na luta contra o racismo.

(Gilberto Ferreira, 24/5/2005.)



CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português Linguagens-8ª série**. São Paulo, 2006.

No 2º texto, percebe-se a relevância da escolha dessa crônica, tendo em vista que o europeu foi o grande culpado pela escravidão e exploração do negro. Os professores podem trabalhá-lo de maneira interdisciplinar, isto é, Biologia, História e Língua Portuguesa, pois, dessa maneira, os alunos conhecerão os verdadeiros motivos da escravidão e do racismo. Enfatiza-se que é muito importante os estudantes terem acesso a essa temática, devido o fato de que a história do africano e da África é contada nos moldes da visão eurocêntrica, e desconstruir esse discurso é uma forma de se combater o racismo o qual estudantes negros sofrem no espaço escolar.

Seguem abaixo os recortes selecionados:

Novos ódios

O racismo cresce e retorna na Europa, onde esteve durante o último milênio e pouco. Analisamos um século de violência entre etnias e grupos — brevemente contra negros e judeus, indolentes contra negros e judeus, incoerentes contra negros, árabes, indianos e o que estiver pela frente. Racismo não é novidade na humanidade, e nem é preciso invocar a velha tradição anti-semita e a sua perseguição na Europa. Na Europa, desde a queda da Segunda Internacional, portugueses, espanhóis, italianos, gregos e outros em fuga das regiões mais pobres foram discriminados, oprimidos, perseguidos, empregados que não tinham em casa, e o problema das imigrações na França é anterior à Segunda Guerra.

Mas todos integramos-se do um jeito ou de outro no país escolhido, e vivitaram nos seus próprios países economicamente incorporados. O velho racismo foi substituído, ou pelo menos inventado, pela imigração e a perseguição. O que a nível do novo racismo é a rejeição de qualquer seleção baseada à vista. Ele é essencialmente uma e contra, outro. Exclui na sua grande parte uma jovem marginalizada e sem perspectiva. Mas, por outro lado, religião e outras culturas novas, ou — no caso de judeus e muçulmanos — odios antigos imperdoáveis. E o tempo se põe e novo ódio: cada cultura do odo. Lanchol, que deveria estar ocupado para o entretenimento, não ajuda a detonação. Mas

na grande clube europeu que não tenha um bom número de jogadores negros, que são ídolos das suas tribos, mas alvos dos insultos racistas das torcidas adversárias — que espantam seus próprios ídolos negros na hora do jogo. E nos estádios de futebol que tem travessia de pontos incidentes racistas. Na França fazem campanhas contra o preconceito e a violência, e contra as novas manifestações do anti-semitismo que tem sido uma infecção recorrente na história da Europa cristã. A luta parece em vão numa cidade que, quanto mais cosmopolita fica, mais se retribui. [...]

João Fernando de Jesus, O Ódio do E. Paulo, 1992 (p. 11)

A época do episódio da prisão do jogador argentino Desábato por ofensa ao jogador Grafite, o cronista Matthew Shirts conversou por e-mail sobre o assunto com um amigo dele que vive em outro país. Eis uma parte desse diálogo:

Um diálogo sobre o racismo no Brasil

- No Brasil, discriminações racistas em campo constituem crime?
- Bem, o racismo é crime e inafiançável. E, em última instância, a lei vale dentro do campo, também. Desábato não teve sorte de ser preso por um delito menor (injúria) por agravante de racismo. Vai poder pagar multa e responder ao processo em liberdade, depois de passar duas noites preso.
- Mas o racismo não é crime no Brasil? Quando esteve aí, não me parecia, parecia, aliás, o contrário, mas os brasileiros sempre me disseram que existia muito racismo, só que disfarçado.
- Depois de 20 anos aqui, não sei responder com certeza. É algo difícil de medir, ainda mais pelo fato de eu não ser negro. Mas sempre achei que o racismo no Brasil é mínimo, inquantificável, certamente, com aquilo que existe nos EUA. Tenho a impressão de que brancos e negros e japoneses e mulatos e mamelucos e todos os outros se dão. Casam-se entre si, se frequentam. O apelido do Grafite, inclusive, é por causa da sua cor. Grafite e aquilo que tem dentro do léxico, é a parte que racista. Grafite é chamado de Grafite porque sua pele é muito escura.
- E todo mundo o chama assim?
- Todo mundo. Eu não sabia o nome verdadeiro dele até antes de virar. É carinhoso e comum inventar apelidos relacionados a cor da pele ou à origem aqui. Japoneses é chamado de japonês ou Japa, eu sou chamado de Gringo, frequentemente, português, de Portugal e por aí vai.
- E ninguém liga?
- Em geral, não. Tenho um amigo de origem japonesa que faz questão de ser chamado de brasileiro, mas creio que é mais uma coisa de orgulho e nacionalismo do que de irritação com a identificação como japonês. Eu não ligo quando me chamam de Gringo. Acho até engraçado, dependendo do tom. Moreno é Gringo, por exemplo, são nomes corriqueiros, registrados em cartório.

183

- É, seria muito impensável isso nos EUA. Não consigo imaginar nenhum jogador americano apelidado de acordo com a cor da pele, muito menos chamar, digamos, um jogador da NBA de Grafite.
- Pois é, a naturalidade com que se lida com isso é uma prova de falta de racismo no Brasil, pelo menos entendendo assim. Há menos desconforto, as pessoas se sentem à vontade para brincar com a diferença entre as raças.
- Então Grafite pode, mas negro, não?
- Depende do tom. Grafite é carinhoso. Negro não costuma ser.
- É aquele negão dos esquimós, que usa 22 palavras para neve.
- É um clichê, mas é um pouco isso mesmo.
- Mas me diga uma coisa. Vamos supor que um jogador brasileiro chame outro de argentino sujo de merda durante uma partida no Brasil. Ele seria preso?
- Não sei. Argentino indica nacionalidade, até onde sei, não chega a ser uma raça, embora eles talvez discordem. Agora, se um jogador brasileiro chamasse um argentino de branco sujo, de não sei o quê, poderia ser preso, sim, em tese. Mas duvido um pouco que isso venha a acontecer.
- Não há um certo exagero nessa história toda? O Brasil não está querendo posar de muito bonzinho e politicamente correto, de repente?
- Talvez, um pouco. Mas creio que tem a ver também com os ataques racistas aos jogadores brasileiros na Europa. Aquilo é duro de engolir. Os jogadores da seleção representam a nação lá fora. São o nosso orgulho. Vi-os tratados como bichacos por um bando de racistas desqualificados e dolorosos. Creio que a prisão de Desábato teve a ver com essa última onda racista nos estádios europeus.
- E há solução para isso?
- A FIFA precisa punir as clubes com rigor.

(Matthew Shirts, O Ódio do E. Paulo, 1992 (p. 11))

E você, o que pensa sobre o racismo? Escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre esse tema. Siga estas instruções:

- a) Anote os melhores argumentos que encontrou nos textos lidos e que possam ser úteis para fundamentar o ponto de vista que você irá desenvolver. Depois anote argumentos próprios que expressem sua opinião sobre o tema.
- b) Organize o texto em parágrafos. Você pode apresentar a ideia principal (a tese) de seu texto logo no primeiro ou no segundo parágrafo e, nos parágrafos seguintes, expor argumentos que possam fundamentá-la. Reserve um parágrafo para a conclusão.
- c) Busque uma linguagem objetiva, tendendo à impessoalidade e de acordo com a variedade padrão.
- d) Tenha em vista o perfil do interlocutor. O texto deverá ser exposto no mural da classe e, portanto, lido por seus colegas.
- e) Dê ao texto um título que desperte o interesse do leitor.
- f) Quando concluir seu texto, revise-o a partir das orientações do boxe Avalie seu texto dissertativo-argumentativo e faça as alterações que forem necessárias. Passe-o a limpo e afixe-o no mural da classe.

Avalie seu texto dissertativo-argumentativo

Verifique se seu texto apresenta uma posição clara sobre o tema, se apresenta uma ideia principal que resume seu ponto de vista, se a ideia principal é fundamentada no desenvolvimento com argumentos claros e bem desenvolvidos, se a conclusão realmente finaliza o texto, se a linguagem está de acordo com a variedade padrão e como o perfil de público leitor se apresenta um texto conclusivo à leitura e, como um todo, é persuasivo.

No terceiro texto, constata-se que o diálogo aborda a questão do mito da democracia racial, o professor pode aproveitá-lo, para trazer à tona essa discussão em sala de aula. No entanto, o docente deve ter cuidado com algumas terminologias que estão nesse texto, como, por exemplo, a questão da existência de raças, pois foi pelo fato de se dividir seres humanos em raças que o negro foi escravizado. Reforça-se que a proposta da lei 10639/ 03 é combater o racismo.

Todos os três textos abordam a temática das relações etnorraciais, do preconceito, da discriminação racial, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária.

O exercício proposto contribui para que se formem cidadãos críticos e atuantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ler um texto qualquer, é preciso que se tenha vários conhecimentos para que haja a devida compreensão e assimilação das intenções discursivas do autor. De acordo com as ideias de Ingedore Vilaça Koch e Vanda Elias Maria (2010), o conhecimento linguístico, conhecimento de mundo, conhecimento do contexto histórico de produção, além do levantamento de hipóteses e realização de inferências antes e durante a leitura, são habilidades que precisam ser levadas em consideração, pois, sem o desenvolvimento dessas habilidades, não conseguimos alcançar o nosso objetivo de nos tornarmos leitores proficientes.

Segundo os **PCN** (1998, p.21), “O texto só é um texto quando pode ser compreendido como uma unidade significativa global, caso contrário, não passa de um amontoado aleatório de enunciados.” Nesse sentido, a leitura não pode ser vista como uma prática voltada para a decodificação do código linguístico, mas sim uma atividade relacionada à busca de sentido, tendo em vista que a leitura tem o poder de transformar ou alienar o leitor.

Em se tratando da leitura de textos literários e Ensino Fundamental, cabe ao professor propiciar aos alunos condições para que eles adquiram essas competências. Sabe-se que muitos estudantes desse ciclo não desenvolvem o hábito de ler devido à falta de incentivo, ou até mesmo por não terem condições financeiras para adquirir os livros literários. Dessa maneira, o livro didático de Língua portuguesa acaba sendo a única forma de eles conhecerem o universo literário, no entanto, esse material quase sempre traz ideias fragmentadas que não permitem ao estudante perceber as ideologias presentes nos textos integrais. É interessante frisar que a escola vem recebendo muitas críticas com relação ao tratamento equivocado que os professores dão às aulas de literatura.

Sobre essa questão os **PCN** abordam que:

O equívoco que a escola comete é pegar os textos literários como pretexto para o tratamento de questões relacionadas a valores morais e tópicos gramaticais que não contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as sutilezas, as particularidades, os sentidos, a extensão e a profundidade das construções literárias (1998, p. 27).

Essa maneira à qual a escola trata os textos literários impossibilita que os alunos se tornem leitores críticos, pois o que os estudantes precisam de fato

perceber nas aulas de literatura são os aspectos simbólicos que os textos trazem, fazendo analogias aos acontecimentos do mundo.

A escola precisa se interessar pela formação de cidadãos críticos, pois à medida que esse tipo de estudante passa a ter conhecimentos, ele luta pelos direitos aos quais ele tem e torna-se sensível às questões sociais, buscando também ajudar outras pessoas a exercerem o papel de cidadão. Por sua vez, o professor de Língua Portuguesa, no exercício de sua prática pedagógica, deve promover em sala de aula a discussão, o debate sobre os diversos temas polêmicas que estão inseridos na sociedade.

É importante trazer os conteúdos dos **PCN** para ilustrar tal questão:

A mediação do professor, nesse sentido, cumpre o papel de organizar ações que possibilitem os alunos o contato crítico e reflexivo com o diferente e o desvelamento dos implícitos {...} inclusive sobre aspectos não percebidos inicialmente pelo grupo- intenções, valores, preconceitos que veicula a explicitação de mecanismos de desqualificação de posições- articulados ao conhecimento dos recursos discursivos e linguísticos (1998, p.48).

Os **PCN** retratam ainda que o professor de Língua Portuguesa no processo de ensino/aprendizagem deve trabalhar regras gramaticais articuladas com o ensino dos mais variados textos que circulam na esfera social, pois, para o aluno participar das práticas discursivas tanto o ensino da gramática quanto o ensino de produção e compreensão de texto são fundamentais para que ele se torne um leitor crítico.

Sabe-se que o contexto educacional brasileiro está envolvido com as questões sociais e com a luta pela inserção na sociedade de grupos minoritários. Nesse sentido, salienta-se que a escola, como formadora de cidadãos, tem a função de promover a inclusão desses grupos no ambiente escolar.

Tratando-se dos negros, vítimas de discriminação no espaço escolar, entende-se que a escola deve promover a inserção deste grupo em materiais didáticos que são adotados por esta instituição, como forma de desconstruir os conflitos raciais existentes nesse espaço.

Sendo assim, o livro didático de Língua Portuguesa, por apresentar textos de vários gêneros, principalmente literários, nas aulas de leitura, tendo o professor como mediador dessa prática, é um forte aliado para que se

levantem discussões que venham aguçar o senso crítico do aluno, fortalecendo o respeito às diversidades.

Relacionando a análise realizada dos livros didáticos que foram pesquisados com o que citam os **PCN** sobre o papel político do professor de Língua Portuguesa, em sala de aula, no contexto atual, o qual a Lei 10639/03 obriga as escolas a trabalharem a temática do negro. Pensa-se que é de suma importância que esse profissional esteja envolvido com essas questões, e, ainda ressalta-se que para a desconstrução do discurso racista encontrados nos livros didáticos, o docente de língua Portuguesa, nas aulas de interpretação de textos, deve aproveitar este momento pedagógico para trazer à tona a questão do respeito às diversidades, Tendo em vista que na análise realizada constatou-se que os livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino fundamental, mesmo após a implementação da Lei trazem textos que, mesmo de forma escamoteada reforçam o racismo no espaço escolar.

Na maioria dos livros didáticos que foram selecionados para a realização da análise, observou-se que os editores desses compêndios, depois da aprovação da Lei 10639/03, estão de certa forma apagando a presença do negro desses livros.

Quase não há textos que abordam os negros inseridos em vários espaços sociais e ocupando funções diversas. Verificou-se que a representação do negro de forma estereotipada, conforme a exigência da Lei, está desaparecendo desses compêndios. Contudo, observou-se que não há abordagens positivas sobre este grupo étnico-racial.

Entende-se que a estratégia dos editores desses compêndios é reforçar a teoria do branqueamento da nação, isto é, não inserindo o negro nesses materiais didáticos, no imaginário da sociedade, o afrodescendente é um ser inexistente.

Esses editores não estão cumprindo os critérios 4 e 5 de avaliação dos editais dos livros didáticos. Essa situação faz desconfiar se esse descumprimento não é uma forma de apagar a presença do negro dos livros didáticos de Língua portuguesa.

Afirma-se que esta não é uma forma de se combater o racismo na escola e termos uma educação igualitária, pois, se os livros didáticos não representam os negros inseridos em várias esferas da sociedade, como, por

exemplo: o negro inserido em um grupo familiar, exercendo várias profissões, inserido em vários espaços, o aluno afrodescendente não se reconhecerá como um cidadão pertencente à nossa nação, isto é, ele se sentirá como um ser estranho nesse espaço geográfico; por outro lado, estudantes brancos também não verão sua nação como sendo constituída por várias etnias e que cada uma trouxe sua contribuição para que o país adquirisse status de uma nação.

Confirma-se que a criação de políticas públicas a favor desse segmento, é de suma importância, visto que o negro foi de fundamental importância para o crescimento e enriquecimento do Brasil, sendo assim, ele não pode ser tratado de maneira diferenciada pelo branco por causa da sua cor da pele. Nessa perspectiva, a Lei 10639/03 precisa ser cumprida em todos os seus aspectos, o Movimento Negro como idealizador dessa lei junto à **SEPIR**, (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial) e a sociedade devem lutar para que editores de livros didáticos promovam uma educação inclusiva e igualitária.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Sandra. **Prefácio**. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs). *Mídia e Racismo*. Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates. Petrópolis: DP ET Alii Ltda, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *A construção social da cor: **Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira***. Petrópolis: Vozes, 2009.

BITTENCOURT, Circe. **Livros Didáticos entre Textos e Imagens**. São Paulo: Contexto, 2005.

CARVALHO, MARIA Pinto de. **Quem são os meninos que fracassam na escola**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a02n121.pdf>> Acesso em: 12 set. 2013.

Causa operária online. Disponível em: <http://<http://www.pco.org.br/negros/segundo-ibge-porcentagem-de-estudantes-negros-sem-acesso-a-educacao-continuam-elevadas/zeab,s.html>>. Acesso em: 10 set. 2013

CAVALLEIRO, Eliane. **Apresentação**. In: ROMÃO, Jeruse. *História da Educação do negro e outras Histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Brasília, 2005.

DE DEUS, Zélia Amador. **A Questão Racial no Brasil**. In: SABOIA, Gilberto Vargas;

DOS SANTOS, Joel Rufino. **Causas da discriminação Estrutural, Institucional e Sistêmica**. In: SABOIA, Gilberto Vargas; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (org.) *Anais de Seminários Regionais preparatórios para conferência mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e intolerância correlata*. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

Edital PNLD 2006- FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento do Estudante. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?...pnld-2006...edita>. Acesso em: 10 agosto 2013.

Edital PNLD 2007- FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento do Estudante. Disponível em <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download...pnld...editais> Acesso em: 10 agostos 2013.

Edital PNLD 2008- FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento do Estudante. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?...pnld-2008-editais>. Acesso em: 10 agostos 2013.

Edital PNLD 2010-FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento do Estudante. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?...pnld-2010-editais>. Acesso em: 10 set.2013.

FIGUEIRA, Vera Moreira. **Preconceito Racial na Escola** SANT' ANA, Antonio Olimpio de. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. In. MUNANGA, Kabengele (Org) Superando o Racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

FREITAS, Williem Silva de. **Educação Brasileira e o Racismo contra os Negros no sistema Educacional: o que Muda com a Lei 10639/03 na escola?** Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_01/PDF/17.pdf>. Acesso em 26 out. 2013.

GIAROLA, Flávio Raimundo. **Racismo e teorias raciais no século XIX: principais noções e balanço historiográfico**. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=313>> Acesso em: 10 set.2013.

GRENOUILLEAU, Olivier Pétré. **A história da Escravidão**. São Paulo: Boitempo.Editorial, 2009.

GRIJÓ, Wesley Pereira; HENRIQUE, Adam. O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (org.) Anais de Seminários Regionais preparatórios para conferência mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e intolerância correlata. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

HOUFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

Histórico do livro didático- FNE- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/IDivro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 05 set 2013.

JACCOUD, Luciana. O combate ao Racismo e a Desigualdade: O Desafio das políticas públicas de promoção da igualdade Racial. In: Theodoro, Mário; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

JACCOUD, Luciana; SILVA, Josenilton; SOARES, Sergei; SILVA, Waldenir. **A promoção da igualdade Racial em 2007 e as políticas Universalistas**. In: JACCOUD, LUCIANA. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2010.

METRO, Jornal. Brasília. Edição nº 364, ano 2. Outubro 2013.

MANFREDO, Tereza. **Desigualdade como legado da escravidão no Brasil**. Disponível em: <<http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/3902/desigualdade-como-legado-da-escravid-o-no-brasil.html>>. Acesso em: 10 set. 2013.

MUNANGA, kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo: Estação da Ciência, 1996.

MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o Racismo na escola**. 2. Ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2005.

Parâmetros Curriculares Nacionais terceiro e quarto ciclo do ensino Fundamental: Língua portuguesa. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em 10set 2013.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Por que estudar a história da África?** Disponível em:

<http://api.ning.com/files/4wkUDyZMoxhIBJRhi*KZMAmYdZRIMHLV0DW55w0loll-Rn46Oqcoz0C0RswHpI1OGiqkYylpMkt8zYs0coYEUzNY1NjU-b1I/ PorqueestudaraHistoriadaAfrica.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

Rosane (Orgs). **Mídia e Racismo**. Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates. Petrópolis: DP ET Alii Ltda, 2012.

SANT' ANA, Antonio Olimpio de. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. In: MUNANGA, Kabengele (Org) *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo; Rio de Janeiro: EDUC/FAPESP/PALLAS. 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade**. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: companhia das letras, 2002.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da Discriminação no Livro Didático**. In: MUNANGA, Kabengele (org). *Superando o racismo na escola*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOARES, Jandson Bernardo; SOUZA, Wendell de Oliveira. **Memorial do PNLD: Elaboração, Natureza e Funcionalidade**. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT23/ARTIGO%20-.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2013.

Livros didáticos utilizados na análise:

BERTIN, Ana; BORGATTO, Terezinha; MARCHEZI, Vera. **Tudo é Linguagem** 9º ano. - São Paulo: Ática, 2009.

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português Linguagens** - 8ª série. São Paulo: Atual, 2006.

FERNANDES, Vânia Maria Bernardes Arruda; ROCHA, Maura Alves de Freitas; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Aventura da linguagem**. 6º ano: manual do professor. Belo Horizonte: Dimensão, 2006.